

PARECER JURÍDICO

PARECER JURÍDICO Nº 561/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº P208883/2022

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR III DESTINADOS ÀS UNIDADES DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SOBRAL E AO HOSPITAL MUNICIPAL DR. ESTEVAM PONTE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

ENTE LICITANTE: **O MUNICÍPIO DE SOBRAL ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE.**

1. RELATÓRIO

Trata-se de procedimento licitatório, feito acima individuado, encaminhado pela Central de Abastecimento Farmacêutica a esta Coordenadoria Jurídica, em atendimento ao **art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93**, para a devida análise de ordem processual e a competente adequação de cunho jurídico, especificamente quanto ao exame prévio, por parte da assessoria jurídica da administração, das minutas do edital e do contrato.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

Prima facie, cumpre registrar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, à luz do art. 133 da Constituição Federal, incumbe a esta Coordenadoria Jurídica manifestar-se sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados pela autoridade máxima do órgão, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

Observa-se a normalidade do presente feito, sob o aspecto jurídico-formal, no tocante, especificamente, ao atendimento dos **requisitos da fase preparatória** estabelecidos pelo art. 3º da Lei 10.520/2002 (Lei do Pregão), tais como: **i)** requisição e autorização de abertura do processo licitatório por parte do gestor da pasta; **ii)** a respectiva justificativa da necessidade da contratação da aquisição dos bens em tela, da lavra da autoridade competente, *in casu*, o **Sr. Estevam Ferreira da Ponte Neto**,

Coordenador da Assistência Farmacêutica iii) a definição do objeto do certame de forma clara e precisa de maneira que não limita a competição; **iv)** as exigências de habilitação; **v)** os critérios de aceitação das propostas, **vi)** as sanções por inadimplemento; **vii)** as cláusulas do contrato; **viii)** o estabelecimento dos prazos para fornecimento; e, **ix)** o orçamento estimado.

Ademais, consta dos autos o **edital** acompanhado dos respectivos anexos (I – Termo de Referência; II – Modelo de Carta Proposta; III – Modelo de Declaração relativa ao Trabalho de Empregado Menor; IV – Minuta da Ata de Registro de Preços; V – Minuta do Contrato; e, VI – Modelo de Declaração de Autenticidade dos Documentos).

Vislumbra-se que o presente feito está a manter perfeita sintonia com as exigências legais estabelecidas pelo Estatuto das Licitações, Lei n.º 8.666, de 21/07/1993, bem como com a lei específica n.º 10.520, de 17/07/2002, que regulamenta o Pregão, *in casu*, **Pregão Eletrônico** que é uma das mais célere e eficaz modalidade, levando em consideração as peculiaridades legais inerentes, especificamente, quanto aos bens, objeto de futuras contratações, serem considerados comuns, frente aos seus padrões de desempenho e qualidade definidos através de especificações usuais no mercado.

Ademais, tratam-se de bens comuns de conformidade com a classificação estabelecida pelo Decreto Municipal n.º 2.344, de 03/02/2020, que instituiu o Regulamento das modalidades de licitação denominadas pregão presencial e pregão eletrônico para aquisição de bens e serviços comuns no âmbito do Município de Sobral, bem como de conformidade com o Decreto Municipal n.º 2257, de 30 de agosto de 2019, que regulamenta no âmbito do município de Sobral, o sistema de registro de preços previsto no art. 15 da lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

Isto está presente tanto no aspecto do valor do objeto, bem como no que diz respeito às condições que deverão constar expressamente no edital, na conformidade do que preconiza o artigo 40 da Lei 8.666/93. Por fim, deve-se ressaltar que na minuta do respectivo contrato constante dos autos, estão previstas as cláusulas que, por imperativo legal (cf. Art. 55, do estatuto supra), deverão estar expressamente contempladas.

Salienta-se que este parecer é meramente opinativo, sem qualquer conteúdo decisório, haja vista que o prosseguimento do certame ficará adstrito às determinações das autoridades competentes.



3. DA CONCLUSÃO

ISTO POSTO, por ser de lei, opina esta **Coordenadoria Jurídica**, **FAVORAVELMENTE**, pela correta adequação jurídica inerente ao presente feito, propondo, por conseguinte, encaminhar dos autos à Central de Licitação – CELIC para que se providencie as medidas processuais ulteriores cabíveis, com o fim precípuo de cumprir o seu objeto.

É o Parecer, salvo melhor juízo.

Sobral/CE, 26 de setembro de 2022.

ANDRESSA VIEIRA
MAGALHAES:0344
0130304

Assinado de forma digital por
ANDRESSA VIEIRA
MAGALHAES:03440130304
Dados: 2022.09.25 16:35:57
-03'00'

ANDRESSA VIEIRA MAGALHÃES
Gerente da Célula de Contratos,
Convênios e Licitações
OAB/CE nº 46.558



RAFAEL GONDIM VILAROUCA
Coordenador Jurídico – SMS
OAB/CE nº 37.227